



**EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2020
SESI – CONSELHO NACIONAL**

I – EDITAL SESI/CN Nº: 01/2020

II – REGÊNCIA LEGAL: REGULAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DO SESI

III – MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO

IV – PROCESSO PRINCIPAL Nº: CN0181/2019

V – TIPO DE LICITAÇÃO/CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL

VI – FORMA DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO: CONFORME ESTABELECIDO NESTE EDITAL – SESI/CN – BRASÍLIA/DF.

INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 10 de novembro de 2020.

ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: 23 de novembro de 2020, às 09h30 (Horário de Brasília).

LOCAL DA SESSÃO: www.comprasgovernamentais.gov.br

CÓDIGO UASG: 389001

1. DA CONVOCAÇÃO

1.1. O Serviço Social da Indústria - Conselho Nacional – SESI/CN, com sede no Setor Bancário Norte (SBN), Quadra 01, lote 28, Bloco I, 6º e 7º andares, no Edifício Armando Monteiro Neto, Brasília - DF, CEP: 70.040-913, informa aos interessados que realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO SESI Nº 01/2020**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, às **09h30 (Horário de Brasília)**, do dia **23 de novembro de 2020**, na forma estabelecida neste Edital e seus anexos, e de acordo com o Regulamento de Licitações e Contratos do Sistema Sesi, devidamente publicados no DOU de 16/09/1998, com as posteriores alterações publicadas em 26/10/2001, 11/11/2002, 24/02/2006, 11/05/2011 e 23/12/2011, bem como pelas disposições deste Edital e de seus anexos.

2. DO OBJETO

2.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de auditoria independente, com emissão de pareceres e/ou relatórios sobre as demonstrações contábeis do Conselho Nacional do Sesi, referente ao exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2020, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, na forma de execução indireta, por empreitada global, conforme especificações, quantidades e demais condições constantes deste Edital e seus Anexos.

2.2. A licitação será realizada em único item.

2.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço global do item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2.4. O Edital e seus Anexos encontram-se disponíveis no site do Conselho Nacional do Sesi, <https://conselhonacionaldosesi.org.br/transparencia/editais-e-licitacoes/>, no portal de compras do Governo Federal, www.comprasgovernamentais.gov.br, ou pelo e-mail: comissao.licitacao@cnsesi.com.br.



- 2.5. Para todos os efeitos, os horários estabelecidos neste Edital, avisos e durante a Sessão Pública, obedecerão ao horário oficial de Brasília – DF
- 2.6. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no Comprasnet e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.
- 2.7. Apesar das disposições constantes no sistema do Comprasnet, a presente licitação será regida pelo Regulamento de Licitações e Contratos do SESI.

3. DO PRAZO E DO LOCAL DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO

- 3.1. Do prazo para execução do serviço: Em até 04 (quatro) meses, a partir da assinatura da autorização de Serviços.
- 3.2. Do local de execução do serviço: sede do Conselho Nacional do SESI, localizada no Setor Bancário Norte, Quadra 1, bloco I, Edifício Armando Monteiro Neto, 6º na Gerência de Planejamento, Gestão e Fiscalização.

4. DA PARTICIPAÇÃO

- 4.1. Somente poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas legalmente estabelecidas no território nacional, de ramo compatível ao objeto desta licitação, que satisfaçam as condições e as exigências do presente edital, inclusive quanto à regularidade da documentação, e que estejam devidamente cadastradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br

4.1.1. As licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas.

- 4.2. Não será admitida, nesta licitação, a participação de empresas que:

4.2.1. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.2.2. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.2.3. Estejam sob decretação de falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial (conforme Lei nº 11.101/2005), dissolução ou liquidação;

4.2.4. Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4.2.5. Estejam com o direito de licitar e/ou contratar com o SESI/CN suspenso ou que por esta entidade tenham sido declaradas inidôneas.

4.2.6. Tenham participação, a que título for, de dirigentes ou empregados do SESI/CN.

- 4.3. Estarão impedidas de participar da licitação, direta ou indiretamente:

4.3.1. Empregado, dirigente ou Conselheiro do SESI/CN.



4.3.2. Empresas que tenham entre seus dirigentes, gerentes, sócios e/ou responsáveis técnicos empregados, dirigentes, Conselheiro, membro titular ou suplente da Comissão de Licitação do Sesi/CN.

4.3.3. Empresas que tenham entre seus dirigentes, gerentes, sócios e/ou responsáveis técnicos cônjuge ou parente até segundo grau de empregados, dirigentes ou Conselheiro do Sesi/CN.

4.4. Como requisito para a participação neste Pregão, a licitante deverá manifestar, em campo próprio do Sistema Eletrônico, que:

4.4.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

4.4.1.1. nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

4.4.1.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.4.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.4.3. cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências deste Edital e seus Anexos;

4.4.4. não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos, nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil, Art.7º, Inciso XXXIII.

4.4.5. inexistam fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

4.4.6. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.5. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DO CREDENCIAMENTO

5.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão Eletrônico deverão ser cadastrados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e



no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br até o momento anterior à abertura das Propostas/Início da sessão pública de lances.

- 5.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no portal de compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br , por meio do certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras - ICP-Brasil.
- 5.3. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica a responsabilidade legal da licitante e de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão Eletrônico.
- 5.4. O uso da senha de acesso da licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao Sesi/CN, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 5.5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.
- 5.6. O Sesi/CN não é unidade cadastradora do Sistema Eletrônico, devendo os licitantes interessados em participar da licitação verificar no site Comprasnet as unidades cadastradoras do sistema para entrega da documentação pertinente, bem como o apoio técnico relativo à operacionalização das funcionalidades do sistema.

6. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

- 6.1. Qualquer pessoa poderá, até 2 (dois) dias úteis anteriores a data de abertura, solicitar esclarecimentos e/ou impugnar o ato convocatório deste Pregão, mediante petição, na forma eletrônica, por meio do e-mail: comissao.licitacao@cnsesi.com.br , até às 17h30, observado o horário oficial de Brasília/DF ou, na impossibilidade, protocolados no Sesi/CN, situado Setor Bancário Norte (SBN), Quadra 01, lote 28, Bloco I, 6º andar, no Edifício Armando Monteiro Neto, Brasília - DF, CEP: 70.040-913, no horário de 9h às 17h30, de segunda a sexta-feira, em dias úteis.
- 6.2. As solicitações de esclarecimentos e/ou impugnações deverão ser enviadas em papel timbrado da licitante e devidamente assinado, e, no caso de impugnação interposta por Pessoa Jurídica, deverá ser também anexado procuração ou contrato social que assegure poderes ao signatário das peças.
- 6.3. Caberá à Pregoeira encaminhar a impugnação, acompanhada de parecer, à Autoridade Superior, a quem compete decidir sobre a petição no prazo de 24h (vinte e quatro horas), contados a partir do dia do seu recebimento, estendo este prazo conforme a complexidade de julgamento da impugnação.
- 6.4. Acolhida a petição contra o ato convocatório ou havendo necessidade de prazo maior para julgamento, nova data será designada pela Pregoeira para a realização do certame, informando aos licitantes por meio do sistema.
- 6.5. Os problemas técnicos no servidor ou navegador do emissor quando do envio de solicitações de esclarecimentos e/ou de impugnações serão de sua própria responsabilidade.

- 6.6.** Os pedidos de esclarecimentos e as impugnações não suspendem os prazos previstos para realização do certame.
- 6.7.** As respostas a solicitações de esclarecimentos e impugnações serão disponibilizadas no sistema eletrônico aos interessados.

7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 7.1.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, www.comprasgovernamentais.gov.br, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, a partir do dia da publicação do edital até a data e o horário estabelecidos para a abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio desse documento.
- 7.2.** O Envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- 7.3.** A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte da proponente, de todas as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.
- 7.4.** A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome, no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Sesi/CN responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 7.5.** Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação das Propostas serão de responsabilidade exclusiva da licitante, não cabendo qualquer responsabilidade ao Sesi/CN, inclusive, pelas transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico ou de eventual desconexão.
- 7.6.** A elaboração da proposta de preços é de inteira responsabilidade do licitante, não lhe cabendo a desistência, sob pena de aplicação das sanções previstas neste Edital ou no Regulamento de Licitações e Contratos do Sesi.
- 7.7.** Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.
- 7.8.** As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º, da LC nº 123, de 2006.
- 7.9.** Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.



- 7.10.** Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.
- 7.11.** Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
- 7.12.** Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.
- 7.13.** É facultado à Pregoeira realizar diligências para sanar falhas formais da proposta a exemplo de: erros numéricos, erros de cálculo, divergência entre preços unitários, subtotais e final.
- 7.14.** Serão desclassificadas as propostas de preços que não atenderem as exigências do presente Edital e seus Anexos, quer sejam por omissão ou por apresentarem irregularidades insanáveis.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- 8.1.** A partir das **09:30h do dia 23 de novembro de 2020** e em conformidade com este Edital, por meio de sistema eletrônico, no site www.comprasgovernamentais.gov.br, será aberta a sessão pública do **Pregão Eletrônico Sesi/CN Nº 01/2020**, com a divulgação pela Pregoeira das Propostas de Preços recebidas e início da etapa de lances.
- 8.2.** Durante a sessão pública, a comunicação entre a Pregoeira e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.
- 8.3.** Caberá a licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

9. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 9.1.** Os preços constantes no Termo de Referência correspondem à referência de preço máximo a que o Sesi/CN está disposto a pagar pelo objeto da licitação.
- 9.2.** A apresentação de proposta com valor acima do estimado pelo Sesi/CN não implicará na sua desclassificação automática, sendo facultado à licitante a readequação dos valores por meio da oferta de lances sucessivos.
- 9.3.** A Pregoeira verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.
- 9.3.1.** Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 9.4.** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

9.5. O Sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pela Pregoeira, sendo que somente estas participarão da fase de lance, dando início à fase competitiva.

10. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

10.1. Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do certame, sendo também responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

10.2. Iniciada a sessão de lances, as licitantes com propostas aceitas poderão, durante o horário fixado para o recebimento de lances, oferecer sucessivos lances, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, com valores inferiores ao último por eles ofertados e registrados no sistema eletrônico, observadas as regras de aceitação estabelecidas neste Edital.

10.3. Os lances apresentados e levados em consideração, para efeito de julgamento, serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

10.4. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia.

10.4.1. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

10.5. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

10.6. Durante o transcurso da sessão pública deste Pregão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelas demais licitantes, vedada à identificação do detentor do lance.

10.7. No caso de desconexão com a Pregoeira no decorrer da sessão de lances do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a oferta dos lances.

10.7.1. A Pregoeira, quando possível, dará continuidade a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

10.7.2. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão de lances do pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa da Pregoeira aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

10.8. Neste Pregão o modo de disputa adotado é o aberto, assim definido no inciso I art. 31º do Decreto n.º 10.024/2019.

- 10.8.1.** O intervalo de diferença entre os lances deverá ser de, no mínimo, R\$ 100,00 (cem reais), tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação do lance que cobrir a melhor oferta.
- 10.8.2.** O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.
- 10.8.3.** A etapa de lances na sessão pública durará 10 (dez) minutos, e após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema eletrônico quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
- 10.8.4.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 10.8.5.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 10.8.6.** Encerrada a fase competitiva sem que haja prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 10.8.7.** Caso a licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.
- 10.9.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 10.10.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 10.11.** A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 10.12.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5%



(cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

- 10.13.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 10.14.** Os documentos a serem apresentados para cumprimento das exigências são os relacionados no Item 14 deste Edital.

11. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

- 11.1.** O julgamento da proposta será pelo MENOR PREÇO GLOBAL.
- 11.2.** Encerrada a etapa de lances a Pregoeira examinará a proposta classificada em 1º (primeiro) lugar quanto ao preço, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.
- 11.3.** Se a proposta de menor preço não for aceitável ou se a licitante desatender as exigências da habilitação, a Pregoeira examinará a proposta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.

12. DA NEGOCIAÇÃO

- 12.1.** Após o encerramento da etapa de lances, a Pregoeira poderá solicitar contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observando o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no Edital.
- 12.2.** A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

13. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

- 13.1.** A licitante classificada em 1º (primeiro) deverá enviar os documentos exigidos para habilitação, conforme item 14 deste Edital e a Proposta de Preços readequada ao último lance, por meio da funcionalidade "Enviar Anexo" do sistema eletrônico, no prazo de 02 (duas) horas, contado da convocação efetuada pela Pregoeira, sob pena de não aceitação da proposta.
- 13.2.** Caso a licitante convocada enfrente dificuldades em atender a convocação, deverá informar, dentro do prazo previsto no item 13.1, deste edital, quando, a critério da Pregoeira, ser-lhe-á concedido um prazo adicional.

- 13.3.** A Pregoeira poderá fixar prazo para o reenvio de anexo, quando da necessidade de envio de planilha de composição de preços, tenha sido o preço total ofertado aceitável, mas os preços unitários que o compõem necessitem de ajustes aos valores estimados pelo SESI/CN.
- 13.4.** Excepcionalmente, a Pregoeira poderá disponibilizar o e-mail institucional comissao.licitacao@cnsesi.com.br, caso a licitante tenha dificuldades em anexá-los ao sistema ou este não comporte o tamanho dos arquivos.
- 13.5.** As demais licitantes participantes da sessão poderão solicitar à Pregoeira vistas dos arquivos enviados nos termos do subitem anterior, somente pelo e-mail institucional comissao.licitacao@cnsesi.com.br, no prazo máximo de 20 (vinte) minutos, após encerrado o prazo de envio da documentação.
- 13.6.** Encerrado o prazo do subitem anterior, as vistas dos autos serão franqueadas aos interessados no endereço e horário estabelecidos neste Edital.
- 13.7.** A Proposta de Preços a ser encaminhada em conformidade com o Anexo II deste Edital deverá conter e assegurar as seguintes informações:
- 13.7.1.** Preço unitário e total do item nela constante, em Real (R\$), em algarismos arábicos em até 2 (duas) casas decimais após a vírgula, fixos e irredutíveis durante o prazo de validade da proposta, contados a partir da abertura da sessão de lances do pregão, bem como o valor global da proposta expresso em algarismo e por extenso, não podendo nenhum dos valores unitários e totais serem superiores aos valores estimados neste Edital.
- 13.7.2.** Declarar, expressamente, estarem previstos nos preços ofertados todos os custos diretos e indiretos pertinentes à formação dos preços do objeto, incluindo todas as despesas com tributos, fretes e entregas, seguros, taxas e demais encargos, não sendo lícita a cobrança posterior de qualquer ônus, ficando a licitante obrigada a executar o objeto pelo valor resultante de sua Proposta de Preços. Na falta de tal declaração, serão consideradas inclusas nos preços todas e quaisquer despesas vinculadas ao objeto desta licitação.
- 13.7.3.** Garantir a qualidade da prestação de serviços, obrigando-se a corrigir, imediatamente, todos aqueles que estiverem fora do padrão estabelecido neste Edital, sem quaisquer ônus para o SESI/CN, até o efetivo atendimento das referidas propostas.
- 13.7.4.** O número desta licitação, razão social da licitante, número de CNPJ, telefone, e-mail, se houver, e o respectivo endereço com CEP, dados bancários para efeito de pagamento (nome do banco, o código da agência e o número da conta corrente de titularidade da licitante em conformidade com o CNPJ da Proposta de Preços, bem como os dados do responsável pela assinatura do Instrumento Contratual/Contrato (nome completo, nº do documento de identidade, nº do CPF, estado civil, nacionalidade, endereço completo, profissão, cargo que exerce na empresa e e-mail).
- 13.7.5.** O prazo de validade da proposta não inferior a **60 (sessenta) dias corridos**, contados da data da abertura da sessão de lances.



- 13.7.6.** Descrição detalhada do objeto da licitação, em conformidade com as especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.
- 13.8.** Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para a língua portuguesa, efetuada por tradutor juramentado e devidamente consularizados e registrados no Cartório de Títulos e Documentos.
- 13.9.** Documentos de procedência estrangeira, mas emitidos em língua portuguesa, também deverão ser apresentados devidamente consularizados ou registrados no Cartório de Títulos e Documentos.
- 13.10.** Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.
- 13.11.** Dentre os documentos passíveis de solicitação pela Pregoeira, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como catálogos, folhetos, manuais ou prospectos, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pela Pregoeira, sem prejuízo do seu posterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.
- 13.12.** A licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação exigida, será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.
- 13.13.** Os documentos remetidos por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema eletrônico poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pela Pregoeira.
- 13.14.** Os originais ou cópias autenticadas dos documentos deverão ser encaminhados à Coordenação de Licitações, Contratos e Suprimentos, endereço: Setor Bancário Norte (SBN), Quadra 01, lote 28, Bloco I, 6º andar, no Edifício Armando Monteiro Neto, Brasília - DF, CEP: 70.040-913.
- 13.15.** Os documentos emitidos por cartório *on line* poderão ser apresentados, desde que acompanhados de seus respectivos certificados digitais, para conferência da Pregoeira.
- 13.16.** O prazo estabelecido pela Pregoeira poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada da licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pela Pregoeira.
- 13.17.** Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor com valor superior ao preço estimado ou que apresente preço manifestamente inexequível, cabendo à Pregoeira estabelecer prazo para que a licitante demonstre a exequibilidade de seu preço.
- 13.18.** Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão.



- 13.19.** Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da própria licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 13.20.** Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, a Pregoeira examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 13.21.** Nas hipóteses em que a Pregoeira não aceitar a proposta motivadamente e passar à subsequente, poderá negociar com a licitante para que seja obtido preço melhor.
- 13.22.** Havendo necessidade, a Pregoeira suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para sua continuidade.
- 13.23.** Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital e declarada a licitante vencedora, a Pregoeira consignará esta decisão em ata própria, que será disponibilizada no sistema eletrônico, encaminhando-se o processo à autoridade competente para homologação e adjudicação.
- 13.24.** No valor global deverão estar inclusos todos os tributos, taxas, impostos, encargos sociais, seguros, despesas com transportes, bem como todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias decorrentes da prestação dos serviços.

14. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

14.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

14.1.1. SICAF;

14.1.2. Consulta consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<http://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>);

14.1.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

14.1.3.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

14.1.3.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.



14.1.3.1.2. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

14.1.4. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

14.1.5. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

14.2. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

14.3. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante a apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

14.4. Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação nos itens a seguir, para fins de habilitação.

14.5. Habilitação Jurídica:

14.5.1. Registro Comercial, no caso de empresa individual, acompanhado da cédula de identidade do proprietário.

14.5.2. Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor com todas as suas respectivas alterações ou Contrato Social consolidado, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais. No caso de sociedade por ações e/ou cooperativas, deverá ser apresentado, ainda, documento de eleição de seus administradores.

14.5.3. Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

14.5.4. Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

14.5.5. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br

14.5.6. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.



14.5.7. inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência.

14.5.8. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

14.6. Regularidade Fiscal:

14.6.1. Prova de Inscrição no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas – CNPJ.

14.6.2. Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

14.6.3. Prova de Regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – CR/FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal.

14.6.4. Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, se houver, do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação de:

- a) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- b) Prova de Regularidade junto à Secretaria da Fazenda e Planejamento do Governo do Distrito Federal (para as empresas sediadas em Brasília).
- c) Prova de Regularidade para com as Fazendas Estadual e Municipal (para as empresas sediadas em outras localidades).

14.7. Regularidade Trabalhista:

14.7.1. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme Lei federal nº 12440/2011, dentro do prazo de validade.

14.8. Qualificação Econômico-Financeira:

14.8.1. Certidão negativa de falência, concordata ou recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, dentro do prazo de validade. Nos casos em que não houver validade na própria certidão, esta deverá ter sido emitida há, no máximo, 3 (três) meses.

14.9. Qualificação Técnica:



14.9.1. Registro ou inscrição, no Conselho Regional de Contabilidade – CRC da empresa e de seu(s) Responsável(is) Técnico(s), da região a que estiverem vinculados, comprovando a regularidade para desempenho de atividades pertinentes e compatíveis ao objeto do Termo de Referência.

14.9.2. Comprovação por meio de Declaração firmada pelo representante legal da licitante, de que a CONTRATADA possui, na data prevista para a entrega da proposta, ou possuirá, na data de início da prestação dos serviços, recursos operacionais e profissional(is) de nível superior, Responsável(is) Técnico(s), com formação em Ciências Contábeis, devidamente registrados no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, com comprovada regularidade para desempenho de atividades pertinentes e compatíveis com o objeto do Termo de Referência, em realização de auditorias em entidades sujeitas à prestação de contas ao Tribunal de Contas da União.

14.5.2.1. O(s) Responsável(is) Técnico(s) deverá(ão) pertencer ao quadro da CONTRATADA, entendendo-se como tal, para fins do Termo de Referência, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de Contrato/Estatuto Social; o Administrador ou o Diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social ou ainda a comprovação da disponibilidade do profissional mediante contrato de prestação de serviços, sem vínculo trabalhista e regido pela legislação civil.

14.5.2.2. A Empresa deverá disponibilizar no desenvolvimento do serviço, técnico-profissionais, Auditores, que possuam registro ou inscrição no Cadastro Nacional de Auditores Independentes – CNAI, devendo pertencer ao quadro da CONTRATADA conforme item 14.5.2.1.

14.9.3. Registro da empresa na Comissão de Valores Mobiliários – CVM, de acordo com o previsto no art. 275, § 4º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

14.9.4. Comprovar experiência com apresentação de atestado de capacidade técnica quanto à realização de serviços de auditoria independente, com análise e emissão de parecer sobre os demonstrativos financeiros anuais, compatível com o objeto do Termo de Referência.

14.5.4.1. O(s) Atestado(s) de Capacidade Técnica deverá(ão) ser emitido(s) em papel timbrado do atestante, contendo as seguintes informações: nome da empresa, razão social, CNPJ, nome completo do responsável pelas informações, período de realização do serviço, objeto contratual e manifestação quanto à qualidade e/ou satisfação do fornecimento. O objeto deve estar descrito detalhadamente, sendo compatível em características e prazos com os serviços a serem contratados;

OBS.: Na hipótese do(s) atestado(s) apresentado(s) não contemplar(em) alguma(s) das informações requeridas no item 14.5.4.1, o licitante deverá juntar, também, outro(s) documento(s) comprobatório(s), por exemplo: contrato e/ou nota fiscal, que ateste(m) a(s) exigência(s) requerida(s);

14.5.4.2. Não serão considerados válidos atestados ou certificados emitidos por empresas privadas pertencentes ao mesmo grupo empresarial da proponente. Consideram-se como empresas pertencentes ao mesmo grupo aquelas controladas ou controladoras da proponente ou que possuam em seu quadro pelo menos uma mesma pessoa física ou jurídica como sócia.

14.10. Outros documentos:

14.10.1. Declaração de que não emprega menor e Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação.

14.11. A habilitação das licitantes poderá ser consultada por meio do SICAF (habilitação parcial) e dos documentos de habilitação especificados neste Edital.

14.12. As licitantes que não atenderem às exigências de habilitação parcial no SICAF deverão apresentar documentos que supram tais exigências, na forma da lei vigente.

14.13. Caso a licitante esteja com algum documento ou informação vencido ou não atualizado no SICAF, ser-lhe-á assegurado o direito de encaminhar, na própria sessão, a documentação atualizada.

14.14. Os documentos mencionados acima poderão ser apresentados em cópia simples, acompanhado(s) do original para autenticação pela Pregoeira ou por qualquer processo de cópia devidamente autenticada por tabelião de notas (Cartório) ou impressos por meio de pesquisa feita nos sítios eletrônicos dos órgãos oficiais emitentes dos referidos documentos, os quais deverão estar em perfeitas condições de legibilidade e entendimento.

14.15. Os documentos deverão ser apresentados em envelope fechado de forma indevassável e rubricados em suas partes coladas com a seguinte inscrição - **Pregão Eletrônico Sesi/CN Nº 01/2020.**

14.16. Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

14.17. No caso de documentos extraídos da internet, será facultado à Pregoeira realizar pesquisa para efeito de confirmação da veracidade ou validade desses.

14.18. Os documentos de habilitação deverão ser encaminhados, concomitantemente, com a proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário estabelecidos neste Edital.

14.19. As licitantes que não atenderem às exigências de habilitação parcial no SICAF deverão apresentar documentos que supram tais exigências.

14.20. Sob pena de inabilitação, os documentos de habilitação deverão estar em nome da licitante e conter o mesmo número do CNPJ, que deverá corresponder ao CNPJ constante da proposta da licitante. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; e se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da

filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

- 14.21.** Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para a língua portuguesa, efetuada por Tradutor Juramentado, e também devidamente consularizados; ou registrados no Cartório de Títulos e Documentos.
- 14.22.** Documentos de procedência estrangeira, mas emitidos em língua portuguesa, também deverão ser apresentados devidamente consularizados ou registrados no Cartório de Títulos e Documentos.
- 14.23.** É facultado à Pregoeira realizar diligências para sanar falhas formais na documentação de habilitação.
- 14.24.** No julgamento da habilitação e das propostas, a Pregoeira poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, desde que devidamente justificado.
- 14.25.** A Pregoeira poderá suprir a eventual omissão ou falha de documentos de regularidade fiscal, mediante consulta via internet em sites oficiais que emitam certidões *on line*, registrando em ata a sua ocorrência, reconhecendo-lhes os efeitos para fins de habilitação.
- 14.26.** As diligências mencionadas no subitem 14.21 ficarão prejudicadas caso o acesso via internet esteja indisponível, por qualquer que seja a razão, ou as informações contidas nos referidos sites não sejam suficientes para atestar a regularidade fiscal da licitante, fato que ensejará a inabilitação da empresa.
- 14.27.** Serão inabilitadas a(s) empresa(s) que não atender(em) ao Item 14 deste Edital.

15. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

- 15.1.** O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.
- 15.2.** Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
- 15.2.1.** Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
- 15.2.2.** A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.



- 15.2.3.** Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 15.3.** A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pela Pregoeira ao vencedor.
- 15.4.** A decisão da Pregoeira sobre o recurso deverá ser motivada e submetida à apreciação da Autoridade Superior a quem compete decidir sob a petição.
- 15.5.** O recurso contra decisão da Pregoeira terá efeito suspensivo.
- 15.6.** Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.
- 15.7.** Os recursos deverão ser interpostos exclusivamente por meio do site www.comprasgovernamentais.gov.br.
- 15.8.** Não serão conhecidos os recursos interpostos após o referenciado prazo, bem como os que forem enviados por fax ou e-mail.
- 15.9.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, na Coordenação de Licitações, Contratos e Suprimentos, endereço: Setor Bancário Norte (SBN), Quadra 01, lote 28, Bloco I, 6º andar, no Edifício Armando Monteiro Neto, Brasília - DF, CEP: 70.040-913.
- 15.10.** Caso a licitante classificada em primeiro lugar seja desclassificada, depois de julgados os recursos interpostos e até a homologação/adjudicação do processo licitatório, será procedida a chamada das licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para que a segunda classificada, que preencha as condições de habilitação, seja declarada vencedora, nas condições de sua Proposta de Preços.

16. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- 16.1.** A sessão pública poderá ser reaberta:
- 16.1.1.** Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
- 16.1.2.** Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.



16.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

16.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

16.2.2. A convocação feita por e-mail ou fac-símile dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

17. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

17.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

17.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

18. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

18.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

19. DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

19.1. Independentemente de sua transcrição, para todos os efeitos legais, farão parte do Contrato que vier a ser assinado e retirado, todas as condições estabelecidas no presente Edital e seus Anexos, na Proposta de Preços e na Documentação de Habilitação da licitante vencedora.

19.2. A licitante vencedora deverá comparecer ao Sesi/CN, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados de sua convocação, para assinatura do Contrato, conforme modelo constante, no Anexo III.

19.3. A empresa vencedora fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições pactuadas, os acréscimos ou decréscimos que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do Contrato atualizado, conforme Artigo 30 do Regulamento de Licitações e Contratos do Sesi.

19.4. A vigência do Contrato de Prestação de Serviços será de 04 (quatro) meses, contados da data de sua assinatura, rescindindo automaticamente após a entrega e aceite do objeto.

20. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

20.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

21. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA



21.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

22. DO PAGAMENTO

22.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

23. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

23.1. Comete infração administrativa, o licitante/adjudicatário que:

23.1.1. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

23.1.2.

23.1.3. apresentar documentação falsa;

23.1.4. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

23.1.5. ensejar o retardamento da execução do objeto;

23.1.6. não manter a proposta;

23.1.7. cometer fraude fiscal;

23.1.8. comportar-se de modo inidôneo;

23.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

23.3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência por escrito.

b) Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades.

c) Rescisão unilateral do contrato no caso de reincidência.

d) Pela rescisão do contrato por iniciativa da CONTRATADA, sem justa causa, responderá esta por perdas e danos que a rescisão ocasionar ao Sesi/CN.

e) Suspensão temporária do direito de participar em licitações e impedimento de contratar com o Sesi/CN, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

23.4. As multas serão descontadas dos pagamentos a que a CONTRATADA fizer jus, ou recolhidas diretamente ao Financeiro do Sesi/CN, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da data de sua comunicação, ou, ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente.

23.5. Para a aplicação das sanções aqui previstas, a CONTRATADA será notificada para apresentação de defesa prévia, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da notificação.

- 23.6.** As sanções previstas neste instrumento são independentes entre si, podendo ser aplicadas isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, tantas vezes quantas forem as irregularidades constatadas.
- 23.7.** A CONTRATADA deverá comunicar ao Sesi/CN, por escrito e justificadamente, as ocorrências de caso fortuito ou de força maior impeditivas do cumprimento do objeto contratado, no prazo máximo improrrogável de 2 (dois) dias úteis, contados da data da ocorrência, sob pena de não poder alegá-los posteriormente.

24. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 24.1.** O Sesi/CN não admitirá declarações posteriores ao recebimento dos envelopes de “proposta de preços” e “documentação de habilitação”, de desconhecimento de fatos, no todo ou em parte, nem juntadas de documentos fora das datas especificadas neste Edital, que dificultem ou impossibilitem o julgamento das propostas ou a adjudicação à licitante vencedora.
- 24.2.** São partes integrantes deste Edital os seguintes Anexos:
- ANEXO I – Termo de Referência;
 - ANEXO II - Formulário de Proposta de Preços;
 - ANEXO III - Minuta de Contrato de Prestação De Serviços.
- 24.3.** É facultado à Pregoeira, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente na “PROPOSTA DE PREÇOS” e na “DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO”.
- 24.4.** Os empregados e prepostos da empresa contratada não terão qualquer vínculo empregatício com o Sesi/CN, correndo por conta exclusiva da licitante Contratada todas as obrigações decorrentes das legislações trabalhista, previdenciária, fiscal, tributária e comercial, as quais a licitante contratada se obriga a saldar na época devida.
- 24.5.** É facultado ao Sesi/CN, quando a convocada não assinar a Contrato de Prestação de Serviços, dentro do prazo máximo previsto neste Edital, convocar as licitantes remanescentes, observadas a ordem de classificação para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, inclusive quanto aos preços ou ainda cancelar a licitação.
- 24.6.** Fica assegurado ao Sesi/CN o direito de revogar ou cancelar a presente licitação mediante justificativa, antes da assinatura do Instrumento Contratual, sem que, em decorrência dessa medida tenham as licitantes direito à indenização, à compensação ou à reclamação de qualquer natureza.
- 24.7.** A Pregoeira, a qualquer tempo, antes da data de apresentação das propostas, poderá proceder às alterações concernentes a esta licitação e/ou prorrogar a data de abertura do certame, divulgando o correspondente adendo e/ou adiamento no site <https://conselhonacionaldosesi.org.br/transparencia/editais-e-licitacoes/> e no portal de compras do Governo Federal, www.comprasgovernamentais.gov.br.



- 24.8.** É facultado à Pregoeira suspender a sessão sempre que necessário.
- 24.9.** As decisões referentes a este Pregão serão divulgados no site <https://conselhonacionaldosesi.org.br/transparencia/editais-e-licitacoes/> e no portal de compras do Governo Federal, www.comprasgovernamentais.gov.br, sendo de inteira responsabilidade da licitante o acompanhamento da divulgação de cada fase.
- 24.10.** O foro da Circunscrição Especial Judiciária de Brasília, Distrito Federal, será o competente para dirimir as questões oriundas desta Licitação e da relação jurídica dela decorrente.
- 24.11.** Os casos omissos deste Edital serão resolvidos pela Pregoeira e pela Equipe de Apoio, com aplicação das disposições contidas no Regulamento de Licitações e Contratos do SESI.

Brasília, 9 de novembro de 2020.

Valderir Claudino de Souza
Membro da CL
SESI - Conselho Nacional



**EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2020
SESI – CONSELHO NACIONAL**

**ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA**

1. DO OBJETO

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de auditoria independente, com emissão de pareceres e/ou relatórios sobre as demonstrações contábeis do Conselho Nacional do Sesi, referente ao exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2020, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, na forma de execução indireta, por empreitada global, conforme condições estabelecidas neste instrumento.

Somente o item abaixo está previsto nesta contratação:

Item 1 - Contratação de auditoria independente para emissão de parecer sobre as demonstrações contábeis do Conselho Nacional do Sesi:

CATSER 680 – Auditoria em Área Contábil.

2. DA JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1 O Conselho Nacional do Sesi é uma entidade sem fins lucrativos, constituída sob natureza jurídica de Serviço Social Autônomo, regida por regulamentos próprios, e presta contas ao Tribunal de Contas da União e está obrigada a submeter suas demonstrações contábeis à auditoria independente a partir do Acórdão TCU 699/2016 - Plenário.

Ademais, a Superintendência Executiva entende que esta é uma prática altamente recomendada para validação e aprimoramento dos controles e procedimentos internos e, assim sendo, demandou a contratação de empresa especializada em auditoria independente para realizar auditoria contábil visando fornecer subsídios complementares à tomada de decisão de seus atos.

3. DA ESTIMATIVA DE PREÇOS

3.1 Deverá ser apresentada proposta de preços com valor global para a execução do objeto, de forma clara e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

3.2 o Valor estimado para a contratação dos serviços, após pesquisa de preços realizada pelo Conselho Nacional do Sesi consta na tabela abaixo:

Item	Descrição	Código CATSER	Valor Estimado
1	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de auditoria independente, com emissão de pareceres e/ou relatórios sobre as demonstrações contábeis do Conselho Nacional do Sesi, referente ao exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2020	680	72.065,00



4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1 A contratação dos serviços objeto deste Termo de Referência será realizada por Pregão Eletrônico, conforme decisão proferida pelo Tribunal de Contas da União – TCU, por meio do Acórdão nº 1.046/2014 - Plenário, concluiu pelo cabimento do pregão para a contratação de auditores independentes, preferencialmente na forma eletrônica, por ser caracterizado como serviços de natureza comum, especialmente, que:

- os padrões de desempenho e qualidade desses serviços podem ser objetivamente definidos em edital, por meio de especificações usuais no mercado;
- os serviços de auditoria independente são executados segundo protocolos, métodos e técnicas conhecidos e determinados em normas expedidas pelas entidades regulamentadoras;
- a qualidade do trabalho de auditoria é atestada por meio do confronto com normas técnicas e profissionais pré-estabelecidas e, embora possa haver variações metodológicas, estas não são determinantes para a obtenção do resultado desejado pela Entidade, qual seja, o relatório de auditoria condizente com as normas aplicáveis; e
- o fato de o objeto exigir capacitação técnica específica não é suficiente, por si só, para excluí-lo do conceito de “bem ou serviço comum”.

4.2 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e o Conselho Nacional do Sesi, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize personalidade e subordinação direta.

5. DETALHAMENTO DO ESCOPO

(Data-base: 01/01/2020 até 31/12/2020)

Verificar se a escrituração contábil está de acordo com as Normas Contábeis adotadas no Brasil (apresentação, classificação, históricos, documentação comprobatória, plano de contas), referente ao exercício de 2020, conforme se segue:

5.1. Bancos Conta Movimento – examinar as conciliações bancárias, os testes de recebimentos e os pagamentos por bancos, com a verificação se os mesmos estão suportados por documentação hábil e suficiente e se decorrem das atividades da entidade; testar as transferências bancárias, a circularização de saldos e o exame das respostas. Os exames também incluem verificar se os fundos bancários são registrados e avaliados por critérios contábeis adequados e consistentes e se estão devidamente classificados e divulgados nas demonstrações contábeis.

5.2. Aplicações Financeiras - analisar as aplicações financeira/resgates em conjunto com as apropriações de rendimentos correspondentes; verificar se as mesmas estão registradas e avaliadas por critérios contábeis adequados e consistentes e se estão devidamente classificadas e divulgadas nas demonstrações contábeis.

5.3. Outros Créditos, Valores e Bens - examinar a composição dos saldos das contas a receber que não correspondam diretamente às atividades operacionais da entidade, mas que sejam decorrentes de operações normais, estando suportadas por documentação hábil e suficiente a garantir a sua cobrança ou recebimento, representando valores autênticos a receber e efetivamente realizáveis. Análise de outros créditos, valores e bens (impostos a Recuperar, depósitos judiciais, operações de mútuos, adiantamentos etc.). Os exames dessas contas também incluem procedimentos quanto à



verificação se estão perfeitamente identificados na contabilidade e devidamente controladas quanto a sua realização, bem como, se as receitas por elas produzidas estão devidamente registradas nas contas de resultados, se são registradas e avaliadas por critérios contábeis adequados e consistentes e se estão devidamente classificadas e divulgadas nas demonstrações contábeis.

5.4. Investimentos – aplicar teste de adições e baixas, examinar os critérios de avaliação de títulos e participações. Examinar se a movimentação é registrada nos controles subsidiários e na contabilidade em tempo hábil, nas contas apropriadas, se são avaliados por critérios contábeis e consistentes e se estão adequadamente classificados e divulgados nas demonstrações contábeis.

5.5. Imobilizado – aplicar teste de adições e baixas de imobilizações, exame das depreciações e teste de cobertura de seguros. Analisar se a movimentação é registrada nos controles subsidiários e na contabilidade em tempo hábil, nas contas apropriadas e avaliados por critérios contábeis e consistentes e se estão adequadamente classificados e divulgados nas demonstrações contábeis.

5.6. Contas a Pagar e Fornecedores – examinar as contas a pagar em conjunto com teste de compras de materiais, bens e serviços contratados; verificação de pagamentos subsequentes, exame das contas segundo sua localização e vencimentos, averiguando se: são registradas nos controles subsidiários e na contabilidade em tempo hábil; são decorrentes das atividades normais da empresa; são suportadas por documentação hábil e suficiente; excluem os débitos prescritos; os pagamentos efetuados são registrados efetivamente nos controles auxiliares e na contabilidade, aos beneficiários que têm o direito de recebê-los; são registradas e avaliadas por critérios contábeis adequados e consistentes e se estão adequadamente classificadas e divulgadas nas demonstrações contábeis.

5.7. Empréstimos/Financiamentos e Outras Obrigações – examinar a movimentação das contas associado com a apropriação de encargos contratuais, exame dos contratos de empréstimos ou financiamentos e/ou outros documentos de obtenção de crédito bancário, avais e garantias oferecidas, verificação dos pagamentos subsequentes.

5.8. Provisões Diversas - verificar as provisões vinculadas a compromissos trabalhistas (salários, férias, 13º, INSS, FGTS e outras contribuições de natureza trabalhista ou previdenciária): teste nos cálculos, confronto com as fontes que geram as informações para a contabilidade, examinar as apropriações ao resultado do exercício; apurar as constituições e/ou reversões das provisões de riscos com base nos relatórios fornecidos pelos assessores jurídicos da entidade; aferir as constituições e/ou reversões de provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa de acordo com os normativos da entidade.

5.9. Obrigações trabalhistas/previdenciárias – Examinar o cumprimento de obrigações acessórias (DIRF, CAGED etc.); Examinar: - o cálculo das provisões de férias e 13º salário; - os cálculos dos encargos sociais e tributos incidentes sobre a folha de pagamento; - os cálculos dos encargos assistenciais incidentes sobre a folha de pagamento (Planos de Saúde, Previdência Privada, Seguro de Vida e Vale Alimentação); - as obrigações tributárias e previdenciárias dos serviços de autônomos.

5.10. Obrigações Tributárias/Fiscal – Revisar os procedimentos fiscais adotados pela entidade, visando verificar se os mesmos estão em consonância com as determinações legais e regulamentares, especialmente no que se refere aos prazos; à escrituração; à apuração dos tributos; aos recolhimentos adequados; às retenções e às apropriações de terceiros; às compensações; à guarda de documentos; ao fluxo de documentação; aos aspectos formais da documentação; Informações geradas para a contabilidade; Conferência dos demonstrativos exigidos pelos órgãos



fiscalizadores a que a entidade estiver sujeita a apresentar, no decorrer do exercício, e se os mesmos estão equalizados nas informações e se as informações são fidedignas com os registros contábeis da empresa.

5.11. Patrimônio Líquido – Examinar a movimentação das contas representativas de capital, reservas e resultados acumulados, examinar a formação e reversão de reservas, segundo a legislação e os estatutos sociais.

5.12. Contas de Resultados – Testar as contas de receita conjugadas com o exame das contas a receber, examinar a movimentação das contas; examinar a movimentação das demais contas de receitas operacionais. Examinar as contas de custos e despesas operacionais, administrativas, comerciais, financeiras, tributárias) com base na documentação suporte, verificando sua adequada contabilização.

5.13. Revisão das demonstrações contábeis – revisar as demonstrações contábeis exigidas pelas normas contábeis vigentes aplicáveis as entidades, que compreendem: Balanço patrimonial; Balanço Financeiro; Balanço orçamentário; Demonstração das variações patrimoniais; Demonstração dos fluxos de caixa; Demonstração das mutações do patrimônio líquido; e Notas explicativas.

5.14. Demais atividades necessárias para avaliação da área.

6. DOS PRODUTOS A SEREM ENTREGUES AO CONSELHO

Produto	Conteúdo
Relatório Circunstanciado e Relatório do Auditor	<p>1) Análise, opinião e sugestão de melhoria dos pontos evidenciados, e outras informações suplementares que se fizerem necessárias, dentro dos procedimentos normais de trabalho de auditoria independente.</p> <p>2) Análise detalhada do Relatório Anual de Prestação de Contas e da documentação contábil compreendendo o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e balanços financeiros e orçamentários para o exercício findo naquela data, assim como o comentário sobre a situação financeira, patrimonial e econômica da entidade, além do resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.</p>

7. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

7. 1. Os serviços de auditoria visam subsidiar a alta gestão do Conselho Nacional do Sesi, por meio de relatórios circunstanciados e relatório final do Auditor sobre os temas auditados.

7. 2. O Conselho Nacional do Sesi disponibilizará em sua sede estrutura física para a equipe designada pela Contratada realizar os trabalhos de campo.

7. 3. Os trabalhos deverão ser executados, respeitado o horário de funcionamento da Entidade, em estrita observância à legislação brasileira, às normas de auditoria emanadas pelos órgãos competentes, às legislações vigentes aplicáveis ao Conselho Nacional do Sesi e aos demais



procedimentos de auditoria julgados indispensáveis para fundamentação da opinião final com emissão de relatórios.

7.4 Em virtude da pandemia do novo Coronavírus, o Conselho Nacional do Sesi poderá realizar reuniões virtuais, bem como autorizar o envio de documentos de forma eletrônica para desenvolvimento das atividades.

7.5. Após a assinatura do contrato, a Contratada deverá realizar reunião inicial com a Gerência de Planejamento, Gestão e Fiscalização do Conselho Nacional do Sesi e fiscal(is), num prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, para obter as informações prévias para elaboração do plano de trabalho.

7.6. O plano de trabalho para a execução do objeto de licitação deverá ser composto de:

- 7.6.1. Definição dos conceitos, metodologias e ferramentas a serem utilizadas;
- 7.6.2. Definição das atividades a serem realizadas em cada etapa da auditoria;
- 7.6.3. Relação dos processos a serem auditados;
- 7.6.4. Definição do formato de relatório de auditoria;

7.7. Durante a execução dos trabalhos, respeitados os prazos estipulados, a contratada deverá:

- 7.7.1. Comunicar formal e previamente o início dos trabalhos;
- 7.7.2. Comunicar qualquer alteração ao Plano de Trabalho aprovado, que deverá ser previamente submetida ao Contratante para análise e validação.
- 7.7.3. Realizar reunião de apresentação do relatório final e encerramento dos trabalhos com a presença da equipe de gestor(es) e fiscal(is) do Contratante.

7.8. A auditoria contábil deverá ser executada de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade e Normas de Auditoria Independente das demonstrações contábeis instituídas pelo Conselho Federal de Contabilidade e padrões reconhecidos de auditoria;

8 CRONOGRAMA DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

DESCRIÇÃO DA ENTREGA	PRAZO *	DETALHAMENTO DA ATIVIDADE
Reunião Inicial	No ato da assinatura do contrato	Realizar reunião inicial com a Gerência de Planejamento, Gestão e Fiscalização do Conselho Nacional do Sesi e fiscal(is), num prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, para obter as informações prévias para elaboração do plano de



		trabalho.
Reunião para apresentação do Plano de Trabalho	Até 10 dias corridos a contar da assinatura do contrato	Apresentar plano de trabalho para a execução do objeto de licitação deverá ser composto de definição dos conceitos, metodologias e ferramentas a serem utilizadas; definição das atividades a serem realizadas em cada etapa da auditoria; relação dos processos a serem auditados; e definição do formato de relatório de auditoria;
Reunião abertura dos trabalhos	Até 5 dias corridos a contar da aprovação do plano de trabalho	Apresentação da equipe técnica comunicação formal solicitação prévia dos documentos
Reunião de encerramento	Até 25/1/2021	Apresentação do Relatório preliminar do Auditor independente sobre as demonstrações contábeis de 2020
Entrega da versão do relatório do auditor	1/2/2021	

* As datas previstas no prazo são apenas estimadas, podendo sofrer alteração em função da conclusão do processo licitatório e assinatura do contrato.

9. DA ENTREGA, PRAZOS E DA VIGÊNCIA

9.1 Os produtos a serem entregues ao Conselho Nacional do Sesi, conforme estipulado no item 6 do presente Termo de Referência (Relatório circunstanciado e relatório do Auditor), deverá ser até o dia 01 de fevereiro de 2021.

9.2 O Relatório deverá ser apresentado em 3 (três) vias físicas e 1 (uma) via em formato eletrônico, devidamente assinadas pelos responsáveis, devendo ser enviado para o e-mail: secretaria.cn@cnsesi.com.br

9.3 A entrega do(s) produto deverá ser realizada na sede do Conselho Nacional do Sesi, localizada no Setor Bancário Norte, Quadra 1, bloco I, Edifício Armando Monteiro Neto, 6º na Gerência de Planejamento, Gestão e Fiscalização.

9.4. O prazo de vigência do contrato será de 04 (quatro) meses, contados de sua assinatura, sendo rescindido, de forma automática, após o recebimento, aceite e pagamento do produto



apresentado pelo contratado ao contratante, não restando obrigações futuras a se cumprir entre as partes.

10. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

10.1. O contratante formalizará o recebimento do relatório, autorizando a emissão de nota fiscal após análise do trabalho realizado, desde que estejam em conformidade com o escopo do trabalho.

11. DO PAGAMENTO

11.1. A nota fiscal/fatura, contendo o detalhamento dos serviços executados, deverá ser entregue ao Conselho Nacional do Sesi, após o recebimento do serviço pelo contratante.

11.1.1. A empresa Contratada deverá apresentar nota fiscal, acompanhada da seguinte documentação: CNPJ; Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e Municipal – compatível com o objeto social; CR/FGTS; CERTIDÃO DE QUITAÇÃO DE TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES FEDERAIS, INCLUINDO AS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS; CERTIDÃO DE REGULARIDADE DO GDF, para as empresas sediadas em Brasília; e, CERTIDÃO DE REGULARIDADE ESTADUAL E MUNICIPAL, para as empresas sediadas em outras localidades deste Edital, para liquidação e pagamento da despesa contraída pela entidade que compõem o Sesi.

11.2. O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias após o recebimento da Nota Fiscal, contendo o “atesto” pelo recebimento dos serviços pelo Fiscal do contrato.

11.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal/fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o Conselho Nacional do Sesi.

11.4. O pagamento será creditado em favor da Contratada por meio de ordem de pagamento bancária, devendo, para isto, ficar explicitado o nome, número da agência e o número da conta corrente.

11.5. A empresa Contratada estará sujeita às retenções tributárias legais, devendo ser informado no corpo da Nota Fiscal as deduções às quais ela se adequa.

11.6. A Contratada optante pelo SIMPLES NACIONAL deverá enviar junto com a nota fiscal, a declaração de optante pelo SIMPLES NACIONAL com indicação da Lei regulamentadora.

11.7. O preenchimento da nota fiscal deverá ser conforme orientação da fiscalização, devendo a mesma conter também as informações dos tributos a serem descontados, tais como: INSS, IRPJ, CSSL, CONFINS, PIS e ISS, quando houver.

11.8. A Nota Fiscal/Fatura, para liquidação e pagamento dos materiais e ferramentas, deverá estar obrigatoriamente atestada pela área demandante, bem como acompanhada da documentação exigida, dentro do prazo de validade.

11.9. Em hipótese alguma será efetuado pagamento por meio de boleto bancário.



11.10. Para liquidação dos valores relativos à Prestação de Serviços objeto deste Edital, o Sesi/CN assegura-se o direito:

- a) Recusar o pagamento caso a Prestação de Serviços do objeto não seja realizado de acordo com o proposto, aceito e pactuado.
- b) Deduzir do montante a pagar as indenizações devidas pela empresa Contratada em razão da inadimplência nos termos do Contrato que vier a ser firmado.
- c) Devolver à Contratada as Notas Fiscais não aprovadas para as devidas correções, acompanhadas dos motivos de sua rejeição, recontando-se para pagamento o prazo 10 (dez) dias após o recebimento da Nota Fiscal, a partir da sua reapresentação, sem qualquer tipo de correção de seu valor, sendo automaticamente alteradas as datas de vencimento, não respondendo os proponentes do Sesi/CN por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.

12. HABILITAÇÃO

- DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

12.1 A empresa licitante deverá apresentar a documentação de qualificação técnica, descrita abaixo:

12.1.1 Registro ou inscrição, no Conselho Regional de Contabilidade – CRC da empresa e de seu(s) Responsável(is) Técnico(s), da região a que estiverem vinculados, comprovando a regularidade para desempenho de atividades pertinentes e compatíveis ao objeto deste Termo de Referência;

12.1.2 Comprovação por meio de Declaração firmada pelo representante legal da licitante, de que a CONTRATADA possui, na data prevista para a entrega da proposta, ou possuirá, na data de início da prestação dos serviços, recursos operacionais e profissional(is) de nível superior, Responsável(is) Técnico(s), com formação em Ciências Contábeis, devidamente registrados no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, com comprovada regularidade para desempenho de atividades pertinentes e compatíveis com o objeto deste Termo de Referência, em realização de auditorias em entidades sujeitas à prestação de contas ao Tribunal de Contas da União;

12.1.3 O(s) Responsável(is) Técnico(s) deverá(ão) pertencer ao quadro da CONTRATADA, entendendo-se como tal, para fins deste Termo de Referência, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de Contrato/Estatuto Social; o Administrador ou o Diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social ou ainda a comprovação da disponibilidade do profissional mediante contrato de prestação de serviços, sem vínculo trabalhista e regido pela legislação civil.

12.1.4 A Empresa deverá disponibilizar no desenvolvimento do serviço, técnico-profissionais, Auditores que possuam registro ou inscrição no Cadastro Nacional de Auditores Independentes – CNAI, devendo pertencer ao quadro da CONTRATADA, conforme item 12.1.3.

12.1.5 Registro da empresa na Comissão de Valores Mobiliários – CVM, de acordo com o previsto no art. 275, § 4º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976;



12.1.6 Comprovar experiência com apresentação de atestado de capacidade técnica quanto à realização de serviços de auditoria independente, com análise e emissão de parecer sobre os demonstrativos financeiros anuais, compatível com o objeto deste Termo de Referência;

12.1.7 O(s) Atestado(s) de Capacidade Técnica deverá(ão) ser emitido(s) em papel timbrado do atestante, contendo as seguintes informações: nome da empresa, razão social, CNPJ, nome completo do responsável pelas informações, período de realização do serviço, objeto contratual e manifestação quanto à qualidade e/ou satisfação do fornecimento. O objeto deve estar descrito detalhadamente, sendo compatível em características e prazos com os serviços a serem contratados;

OBS.: Na hipótese do(s) atestado(s) apresentado(s) não contemplar(em) alguma(s) das informações requeridas no item 12.1.7, o licitante deverá juntar, também, outro(s) documento(s) comprobatório(s), por exemplo: contrato e/ou nota fiscal, que ateste(m) a(s) exigência(s) requerida(s);

12.1.8 Não serão considerados válidos atestados ou certificados emitidos por empresas privadas pertencentes ao mesmo grupo empresarial da proponente. Consideram-se como empresas pertencentes ao mesmo grupo aquelas controladas ou controladoras da proponente ou que possuam em seu quadro pelo menos uma mesma pessoa física ou jurídica como sócia.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1. Cumprir a execução total dos serviços discriminados no objeto da contratação, proibida subcontratação.

13.2. Realizar os serviços em estrita observância à normatização que rege a matéria do objeto contratual.

13.3. Realizar os serviços solicitados com a observância dos prazos estabelecidos e previamente acordados.

13.4. Alertar e orientar o Contratante, preventivamente, a propósito de assuntos que possam afetar a realização dos serviços.

13.5. Apresentar, sempre que solicitado pelo Contratante, explicações pormenorizadas dos assuntos apontados em seus relatórios.

13.6. Manter sigilo sobre as informações que detenha sobre as atividades do Contratante, externando qualquer opinião a respeito, somente mediante autorização expressa da entidade.

13.7. Manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações por ela assumida, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

13.8. Manter toda documentação física original utilizada para realização deste objeto, nas dependências do Sesi – Conselho Nacional.

13.9. Na possibilidade de alteração dos profissionais inicialmente apresentados no momento da assinatura do contrato de prestação dos serviços, a documentação referente à qualificação técnica e vínculo empregatício dos substitutos deverá ser apresentada ao Contratante, devendo a qualificação ser igual ou superior à do profissional substituído.



13.10. A possibilidade de alteração do cronograma de trabalho deverá ser comunicada com no mínimo 07 (sete) dias de antecedência ao fiscal do contrato, para as devidas aprovações da equipe técnica do Sesi Conselho Nacional.

13.11. Comunicar imediatamente e por escrito qualquer anormalidade que interfira na execução dos trabalhos.

13.12. A Contratada arcará com todas as despesas de estadia (alimentação e hospedagem) inclusive as relativas ao deslocamento e viagens, caso haja necessidade, e todos impostos decorrentes, quando da execução dos serviços.

13.13 Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências do Sesi/CN, quando estes tenham sido provocados por seus funcionários durante a prestação de serviços objeto deste instrumento contratual.

13.14 Responder, ainda, por quaisquer danos causados diretamente a material, equipamento ou outros bens que se encontrem nas dependências do Sesi/CN, quando estes tenham sido provocados por seus funcionários durante a prestação de serviços objeto deste instrumento contratual.

13.15. Avisar ao responsável pelo instrumento contratual do Sesi/CN, quando ocorrer substituição de membro da equipe técnica, motivada por desligamento do quadro da contratada. Devendo o novo integrante possuir expertise e experiência compatíveis com a do substituto e demonstrar que o mesmo se encontra registrado no seu quadro de funcionários, mediante a apresentação do registro na carteira de trabalho.

13.16. Manter absoluto sigilo sobre quaisquer informações técnicas pertinentes à execução dos serviços objeto deste Termo de Referência.

13.17. Obedecer, rigorosamente, a todas as exigências constantes neste Termo de Referência, bem como manter atualizado, durante a vigência do Contrato, toda documentação de qualificação descrita neste documento.

13.18. Informar ao Sesi/CN qualquer alteração na relação de seus profissionais vinculados à equipe técnica.

13.19. Realizar, obrigatoriamente, os trabalhos de auditoria por profissionais vinculados à equipe técnica da empresa.

13.20. Cumprir o objeto contratado nos termos e condições constantes neste Termo de Referência, cabendo-lhe, ainda, a coordenação dos serviços, responsabilizando-se legal, administrativa e tecnicamente pelos mesmos.

13.21. Responsabilizar-se, no que se refere ao pessoal empregado na execução dos serviços, pelo cumprimento integral das prescrições referentes às leis tributárias, trabalhistas, previdenciárias e de segurança do trabalho, por cujos encargos responderá unilateralmente em toda a sua plenitude.

13.22. Assumir total responsabilidade por qualquer Reclamação Trabalhista movida por empregado seu, em razão da prestação dos serviços objeto deste instrumento contratual.



13.23. Assumir todos os encargos de possíveis demandas cíveis e penais relacionadas à execução dos serviços, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência.

14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

14.1. Prestar todas as informações que se fizerem necessárias à realização dos serviços.

14.2. Efetuar os pagamentos devidos à Contratada, na forma estipulada no Edital e seus Anexos.

14.3. Fiscalizar e acompanhar a execução dos serviços.

14.4. Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias.

14.5. Disponibilizar, nas dependências do Sesi – Conselho Nacional, estrutura física e recursos materiais necessários para realização da prestação de serviços objeto deste Termo de Referência.

14.6. Analisar e autorizar, mediante as possibilidades cabíveis, a alteração do cronograma e dos profissionais da Contratada.

14.7. Atestar a Nota Fiscal relativa à execução do serviço em conformidade com o estabelecido neste Instrumento Contratual, por meio do setor competente.

14.8. Esclarecer eventuais dúvidas sobre detalhes da execução do serviço e possíveis interferências que porventura não tenham sido suficientemente esclarecidas ou previstas.

14.9. Permitir acesso dos empregados da Contratada às suas dependências, para a execução dos serviços, no horário de expediente do local estabelecido neste Termo de Referência.

15. DAS FONTES DE RECURSOS

15.1. As despesas decorrentes da contratação do presente objeto ocorrerão por conta das verbas orçamentárias a seguir:

Unidade: 200102

Centro de Responsabilidade: 20.1.01.01.01.02.02

Conta Orçamentária: 3.1.01.06.03.001.000

16. DAS PENALIDADES

16.1. As condições de aplicação das penalidades serão previstas no edital de licitação e/ou no contrato de prestação de serviços.

17. DA RESCISÃO

17.1. O Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas na minuta contratual.

18. DA PROPOSTA DE PREÇO



18.1. A proposta deve conter o CNPJ da proponente, prazo de validade não inferior a 60 (sessenta) dias, indicação de banco, agência e conta corrente para pagamento, dados cadastrais da empresa e os dados do(s) signatário(s) do contrato a ser endereçada ao Conselho Nacional do SESI;

18.2 O critério de julgamento da proposta será o de menor preço Global.

19. DA FISCALIZAÇÃO

19.1. Sem prejuízo ou dispensa das obrigações do licitante vencedor, o Conselho Nacional do SESI exercerá ampla supervisão, controle e fiscalização sobre a execução do contrato, através de equipe própria.

20. DA CONFIDENCIALIDADE

20.1 A CONTRATADA deverá respeitar e assegurar o sigilo relativamente às informações obtidas durante a execução dos serviços, não as divulgando, sob nenhuma circunstância, sem autorização expressa do Conselho Nacional do SESI, salvo quando houver obrigação legal de fazê-lo;

20.2 A CONTRATADA somente poderá divulgar a terceiros, informações sobre o Conselho Nacional do SESI ou sobre o trabalho por ela realizado, caso seja autorizado, por escrito, pela autoridade competente do Conselho Nacional do SESI, com poderes para tanto, que contenha de forma clara e objetiva os limites das informações a serem fornecidas, sob pena de infringir o sigilo profissional.

21. DOS ANEXOS

21.1 Compõem este Termo de Referência:

Anexo A: Relação da Equipe Técnica;

Anexo B: Declaração de Disponibilidade da Equipe Técnica;

Anexo C: Termo de Confidencialidade; e

Brasília, 06 de novembro de 2020

Ricardo Jorge de Melo
Coordenador de Planejamento, Gestão e Fiscalização



**EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2020
SESI – CONSELHO NACIONAL**

ANEXO I (A)

RELAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA

(nome empresarial do licitante), inscrita no CNPJ nº xxxx, com sede na xxxx, (endereço completo), por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr. (a) xxxx, infra-assinado, portador(a) da Carteira de Identidade nº xxxx e do CPF/MF nº xxx, **DECLARA**, para fins de participação no Pregão Eletrônico nº xx/2020, que os profissionais abaixo relacionados, integram a Equipe Técnica desta empresa para a prestação de serviços de auditoria independente ao Conselho Nacional do Sesi.

A	B	C	D	E	F	G

A = Nome

B = RG

C = Registro no CRC

D = Tempo de Experiência em Auditoria

E = Relação de Documentos que serão apresentados para a comprovação da experiência em auditoria

F = Cadastro como Responsável Técnico na CVM – SIM / NÃO

G = Cadastro como auditor – pessoa física na CVM – SIM / NÃO

_____, ____ de _____ de 2020.

(assinatura do representante legal do licitante)

Assinatura do declarante

RG



**EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2020
SESI – CONSELHO NACIONAL**

ANEXO I (B)

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DA EQUIPE TÉCNICA

(nome completo do profissional), CRC nº xxxx, **DECLARA** que é conhecedor das condições constantes no Pregão Eletrônico nº xx/2020, e que aceita participar da Equipe Técnica da Empresa xxxx, CNPJ nº xxx, para a prestação de serviços de auditoria independente ao Conselho Nacional do Sesi, caso ela venha a se sagrar vencedora da licitação referida. Declara, ainda, que ocupará a função de xxx.

_____, ____ de _____ de 2020.

Assinatura do declarante

RG



**EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2020
SESI – CONSELHO NACIONAL**

ANEXO I (C)

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

CONTRATO:
OBJETO:
CONTRATADA:
CNPJ:

Por este instrumento os profissionais abaixo assinados declaram ter ciência das condições da contratação em epígrafe e afirmam o compromisso de manter sigilo quanto às informações a que tiverem acesso em decorrência dela, além de aplicar integralmente os deveres e vedações inerentes ao exercício da profissão de contador e auditor, conforme legislação vigente.

_____, ____ de _____ de 2020.

NOME RESPONSÁVEL TÉCNICO DA CONTRATADA

CRC

RG

ASSINATURA

NOME DO FUNCIONÁRIO

CRC

RG

ASSINATURA

NOME DO FUNCIONÁRIO

CRC

RG

ASSINATURA



**EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2020
SESI – CONSELHO NACIONAL**

ANEXO II – FORMULÁRIO DE PROPOSTA DE PREÇOS

LICITANTE:		
TELEFONE DE CONTATO:		
END. COMERCIAL:		
CIDADE:	UF:	CEP:
FONE:	FAX:	E-MAIL:
CNPJ:	INSCRIÇÃO ESTADUAL:	
DATA:		
VALIDADE DA PROPOSTA:		
DADOS BANCÁRIOS:		
DADOS DO REPRESENTANTE DA EMPRESA:		

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	QUANT.	UND.	VALOR UNITÁRIO	VALOR UNITÁRIO TOTAL
1	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de auditoria independente, com emissão de pareceres e/ou relatórios sobre as demonstrações contábeis do Conselho Nacional do Sesi, referente ao exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2020.	04	MÊS		
VALOR TOTAL DA PROPOSTA					R\$

VALOR GLOBAL TOTAL DA PROPOSTA EM R\$ (POR EXTENSO)



**EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2020
SESI – CONSELHO NACIONAL**

ANEXO III – MINUTA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

MINUTA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº
XXXX QUE, ENTRE SI, CELEBRAM O SERVIÇO SOCIAL DA
INDÚSTRIA - CONSELHO NACIONAL – SESI/CN E A EMPRESA
XXXXXXXXXX, NA FORMA ABAIXO:

O **SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA (SESI) - CONSELHO NACIONAL**, com sede no Setor Bancário Norte (SBN), Quadra 01, lote 28, Bloco I, 6º e 7º andares, no Edifício Armando Monteiro Neto, Brasília - DF, inscrito no CNPJ 03.800.479/0001-39, neste ato representado por seu Superintendente Executivo, **PEDRO ANTÔNIO FIORAVANTE SILVESTRE NETO**, brasileiro, casado, portador do RG nº 020.936.982-6 expedido pelo MD/EB e inscrito no CPF sob o nº 498.981.087-20, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a empresa XXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 000000000, com sede na xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, CEP: 0000000, representada neste ato por seu Procurador, o Sr. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, [nacionalidade], [estado civil], portador do RG n. 0000000000 SSP/DF, e inscrito no CPF/MF sob o nº 0000000000, residente e domiciliado nessa capital, doravante denominada **CONTRATADA**, têm entre si, justo e avençado o presente Contrato de Prestação de Serviços, o qual se regerá pelos termos do Edital de **Pregão Eletrônico nº xxx/2020**, constante nos autos do **Processo SESI/CN nº 0181/2019**, realizado com base no Regulamento de Licitações e Contratos do SESI, DOU de 16/09/1998, com as posteriores alterações publicadas em 26/10/2001, 11/11/2002, 24/02/2006, 11/05/2011 e 23/12/2011, além da proposta apresentada no mencionado certame, pelas cláusulas e condições especificadas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Prestação de serviços de auditoria independente, com emissão de pareceres e/ou relatórios sobre as demonstrações contábeis do Conselho Nacional do Sesi, referente ao exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2020, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme especificações, quantitativos e demais condições estabelecidas nos autos do processo administrativo em epígrafe, no edital de licitação e de acordo com as normas e condições definidas neste instrumento contratual.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DA CONTRATADA

2.1. As obrigações do CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO

3.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.



CLÁUSULA QUARTA – DA INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO DE EMPREGO

4.1. O presente contrato não gera qualquer vínculo de emprego entre o Sesi/CN e os eventuais prestadores alocados pela CONTRATADA, na execução dos serviços objeto deste contrato, não existindo obrigação de horário e subordinação técnica ou administrativa ao Sesi/CN, com o que desde já consente a CONTRATADA, que assumirá qualquer responsabilidade que eventualmente venha a ser imposta a esta entidade.

CLÁUSULA QUINTA – DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO

5.1. A CONTRATADA obriga-se a fornecer ao Sesi/CN, ou preposto seu, toda e qualquer informação que lhe seja solicitada sobre o objeto deste contrato, bem como facilitar a fiscalização do objeto contratual.

5.2. Caberá ao Sesi/CN, por meio do gestor e fiscal do presente contrato, empregados indicados e designados pela Superintendência, por ato específico para este fim, o acompanhamento, a fiscalização e a avaliação do objeto deste contrato, exigindo da CONTRATADA o cumprimento das disposições contidas neste instrumento e exercendo a aferição qualitativa e quantitativa do objeto contratual em estrita observância ao normativo interno que trata sobre a gestão das contratações da entidade.

5.3. O exercício da fiscalização pelo Sesi/CN não elide nem diminui a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade ou resultante de imperfeições técnicas ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implicará em corresponsabilidade do Sesi/CN.

5.4. A qualquer tempo, o Sesi/CN poderá solicitar a substituição de qualquer membro da equipe técnica da CONTRATADA que venha a prejudicar, conforme o critério do fiscal do contrato, o bom andamento dos serviços.

5.5. O Sesi/CN não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de qualquer responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos, dentre outros.

5.6. O Sesi/CN será reservado o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os serviços prestados em desacordo com o contrato, devendo a CONTRATADA refazer ou substituir as partes que apresentem defeitos, sem ônus adicionais a esta entidade.

5.7. Os representantes do Sesi/CN reportar-se-ão diretamente ao Responsável Técnico da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas com o objeto deste contrato correrão por conta dos recursos previstos no orçamento anual do Sesi/CN, ficando a discriminação do código orçamentário específico vinculado ao projeto para o qual sejam demandadas as ações, podendo ser aumentado de acordo com a necessidade.



CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

7.1. Este contrato terá a vigência de 04 (quatro) meses, a contar da data da assinatura, rescindindo automaticamente após a entrega e aceite do objeto.

CLÁUSULA OITAVA – DO PREÇO

8.1. O Sesi/CN pagará à CONTRATADA o preço total de até R\$ XXXXXXXX,XX (xxxxxxxxxxxxxxxx), constante na homologação e faturado conforme demanda do Sesi/CN, respeitando-se, para tanto, as especificações e valores descritos abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	QUANT.	UND.	VALOR UNITÁRIO	VALOR UNITÁRIO TOTAL
1	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de auditoria independente, com emissão de pareceres e/ou relatórios sobre as demonstrações contábeis do Conselho Nacional do Sesi, referente ao exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2020.	04	MÊS		
VALOR TOTAL					R\$

8.2. O valor acima abrange as despesas necessárias à boa execução do objeto contratual, bem como o pagamento do pessoal da CONTRATADA, tais como salários, encargos sociais, responsabilidade civil, seguro de acidentes do trabalho, dentre outros, que não terão qualquer vínculo empregatício com o Sesi/CN.

8.3. Os valores inicialmente contratados serão fixos e irrevogáveis pelo tempo de vigência do presente contrato. Entretanto, poderão ser reajustados, em caso de renovação contratual, pela variação do IGP-M no período.

8.4. Na hipótese de renovação contratual, os pedidos de reajuste deverão ser feitos antes de assinado o respectivo Termo Aditivo e requerida a ressalva neste sentido, pela CONTRATADA, no bojo do documento em que esta se manifesta pelo interesse da prorrogação contratual, sob pena de preclusão lógica deste direito.

8.5. Os serviços ora contratados serão demandados conforme interesse e conveniência do Sesi/CN. Assim, esta entidade não está obrigada a requerer o valor total contratado. Por conseguinte, a CONTRATADA, não apenas está ciente das condições contratuais ora descritas, como também com elas concorda.

8.6. Todos os impostos, taxas, seguros já deverão estar inclusos no valor apresentado pela CONTRATADA.



CLÁUSULA NONA – DA FORMA DE PAGAMENTO

9.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, o licitante/adjudicatário que:

- a)** não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- b)** apresentar documentação falsa;
- c)** deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- d)** ensejar o retardamento da execução do objeto;
- e)** não manter a proposta;
- f)** cometer fraude fiscal;
- g)** comportar-se de modo inidôneo.

11.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

11.3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a)** Advertência por escrito.
- b)** Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades.
- c)** Rescisão unilateral do contrato no caso de reincidência.
- d)** Pela rescisão do contrato por iniciativa da CONTRATADA, sem justa causa, responderá esta por perdas e danos que a rescisão ocasionar ao SESI/CN.
- e)** Suspensão temporária do direito de participar em licitações e impedimento de contratar com o SESI/CN, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

11.4. As multas serão descontadas dos pagamentos a que a CONTRATADA fizer jus, ou recolhidas diretamente ao Financeiro do SESI/CN, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da data de sua comunicação, ou, ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente.

11.5. Para a aplicação das sanções aqui previstas, a CONTRATADA será notificada para apresentação de defesa prévia, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da notificação.

11.6. As sanções previstas neste instrumento são independentes entre si, podendo ser aplicadas isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, tantas vezes quantas forem as irregularidades constatadas.



11.7. A CONTRATADA deverá comunicar ao Sesi/CN, por escrito e justificadamente, as ocorrências de caso fortuito ou de força maior impeditivas do cumprimento do objeto contratado, no prazo máximo improrrogável de 2 (dois) dias úteis, contados da data da ocorrência, sob pena de não poder alegá-los posteriormente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

12.1. Pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas e condições, poderá o Sesi/CN rescindir o presente contrato, independentemente de prévia interpelação judicial, respondendo a CONTRATADA pelos prejuízos ocasionados, ressalvadas as hipóteses de caso fortuito ou força maior, desde que devidamente comprovados.

12.2. O Sesi/CN, a seu livre critério e quando bem lhe convier, poderá dar por findo o presente contrato independentemente de justo motivo, e sem que lhe caiba qualquer sanção, desde que o faça mediante comunicação prévia e por escrito, à CONTRATADA, de no mínimo 30 (trinta) dias.

12.3. Rescindido o presente contrato por culpa da CONTRATADA, o Sesi/CN entregará o objeto deste instrumento a quem julgar conveniente, sem qualquer consulta ou interferência da CONTRATADA, que responderá na forma legal e contratual pela infração ou execução inadequada que tenha dado causa à rescisão.

12.4. Fica, ainda, estabelecido que o Sesi/CN poderá considerar igualmente rescindido o contrato independentemente de qualquer aviso extrajudicial ou interpelação judicial, nos seguintes casos:

- a) Transferência do contrato, por meio de cessão, transferência ou subcontratação, no todo ou em parte, a terceiros, sem a prévia e expressa autorização do Sesi/CN;
- b) Caução ou utilização do contrato, para qualquer operação financeira, sem a prévia e expressa autorização do Sesi/CN.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA NOVAÇÃO

13.1. A omissão ou tolerância do Sesi/CN, em exigir o estrito cumprimento dos termos e condições deste Contrato, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os seus direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS PODERES

14.1. As partes contratantes declaram, sob as penas da lei, que os signatários do presente instrumento são seus procuradores/representantes legais, devidamente constituídos na forma dos respectivos instrumentos constitutivos, contratos/estatutos sociais, com poderes para assumirem as obrigações ora contratadas, devendo, as partes, apresentarem cópias destes instrumentos e do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1. As partes elegem o Foro da Circunscrição Judiciária de Brasília/DF, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões que, porventura, surgirem na execução do presente contrato. E assim, por estarem justos e acertados, assinam as partes o



presente instrumento, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, sem rasuras ou emendas, na presença das testemunhas abaixo nomeadas, para que produza seus efeitos jurídicos.

Brasília, XXX de XXX de 2020.

Pelo SESI - CONSELHO NACIONAL <hr/> PEDRO ANTÔNIO FIORAVANTE SILVESTRE NETO Superintendente Executivo	Pela CONTRATADA <hr/> XXXXXXXX
Testemunhas Nome: CPF:	 Nome: CPF: